

**COMISSÃO DO ESPORTE**  
**REQUERIMENTO N.º \_\_\_ DE 2026**

Requer à Comissão do Esporte a realização de Audiência Pública com objetivo debater os impactos da relação entre apostas esportivas e o mercado das chamadas “bets” e as medidas do governo para impedir fraudes em resultados de jogos, conforme proposto no PL 1.808/2026, que proíbe a exploração, a oferta, a promoção e a facilitação de apostas de quota fixa em todo o território nacional.

Senhor(a) Presidente(a),

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, do inciso III do art. 24 c/c os arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja que seja realizada audiência pública para debater com o objetivo de debater os impactos da relação entre apostas esportivas e o mercado das chamadas “bets” e as medidas do governo para impedir fraudes em resultados de jogos, conforme proposto no PL 1.808/2026, que proíbe a exploração, a oferta, a promoção e a facilitação de apostas de quota fixa em todo o território nacional.

Para a Audiência Pública, sugerimos os seguintes convidados:

- Secretário Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte;
- Secretário Nacional da Secretaria de Prêmios e Apostas - SPA, do Ministério da Fazenda;
- Representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
- Representante do Banco Central do Brasil - BC;
- Representante da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon.



## Justificação

A presente proposta de realização de audiência pública tem por objetivo promover o debate qualificado, plural e baseado em evidências acerca dos impactos das apostas de quota fixa (“bets”) no Brasil, fenômeno que, nos últimos anos, ganhou escala nacional e passou a produzir efeitos relevantes nas esferas social, econômica, sanitária e regulatória.

Nos últimos anos, houve a consolidação de um ambiente em que plataformas de apostas operam com alto grau de capilaridade, forte presença digital e estratégias intensivas de publicidade e engajamento. Esse modelo tem favorecido a incorporação das apostas ao cotidiano financeiro de parcela expressiva da população, com impactos que ainda não foram plenamente dimensionados pelo Poder Legislativo. Há indícios consistentes de que o crescimento desse mercado se associa ao aumento do comprometimento da renda familiar, sobretudo entre grupos mais vulneráveis, com impacto no endividamento e efeito indireto sobre o consumo, a estabilidade financeira dos lares e a dinâmica de setores econômicos dependentes da demanda interna.

Ao mesmo tempo, a magnitude dos fluxos financeiros envolvidos — que movimentam valores expressivos mensalmente — suscita preocupações quanto à alocação de recursos na economia, especialmente diante do potencial de desvio de renda de atividades produtivas para circuitos digitais de alta rotatividade e baixa geração de emprego.

Recentemente, o governo federal publicou uma portaria que cria uma política nacional para tentar impedir fraudes em resultados de jogos, como partidas combinadas ou influenciadas por apostas. A medida reúne os ministérios do Esporte, da Fazenda e da Justiça e Segurança Pública e mira diretamente a relação entre apostas esportivas e o mercado das chamadas “bets”, que movimenta bilhões e acendeu o alerta sobre possíveis manipulações. Na prática, a ideia é simples de entender: acompanhar o dinheiro que circula nas competições para identificar quando algo foge do normal. A portaria prevê o monitoramento de “padrões atípicos de apostas esportivas” e comportamentos suspeitos que possam indicar manipulação.

Por fim, destacamos a crescente associação entre apostas e questões de saúde mental. Relatos institucionais e iniciativas recentes do poder público indicam aumento na demanda por atendimento relacionado ao jogo problemático, evidenciando que o tema já apresenta repercussões no sistema de saúde

Nesse contexto, a realização de audiência pública se mostra instrumento essencial para subsidiar a atuação legislativa, permitindo a oitiva de especialistas, representantes do poder público, entidades da sociedade civil, setor produtivo, academia e demais atores relevantes. O debate amplo e transparente contribuirá para o



aprofundamento do diagnóstico, a identificação de riscos e a construção de alternativas adequadas.

A iniciativa também se justifica pela necessidade de assegurar a circulação de informações qualificadas sobre o tema, fortalecendo o papel do Parlamento como espaço de deliberação informada e de mediação de interesses em questões de alta relevância pública.

Assim, a audiência pública proposta constitui etapa fundamental para a compreensão abrangente dos impactos das apostas no país e para o aprimoramento das respostas legislativas e institucionais a esse fenômeno, em benefício da sociedade brasileira.

Contamos com o apoio dos nobres pares para viabilizar este espaço de diálogo qualificado.

Sala das Comissões, ..... de abril de 2026.

Deputado/a Federal **AIRTON FALEIRO**  
(PT/PA)

